



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **A APROPRIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PELOS UTENTES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**

VERO FRANKLIN SARDINHA PINTO

FACULDADE DE CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Avenida de Berna, 23, Lisboa

[verofranklin@uol.com.br](mailto:verofranklin@uol.com.br)

### **INTRODUÇÃO**

As expressões *brasileirização* (BECK, 2007) e *latino-americanização* (DUBET, 2003) (da Europa) pretendem expressar comparativamente situações sociais - exclusão / precarização / desfiliação (CASTEL, 2008) - semelhantes resultantes, entretanto, de processos constituídos por curvas tendencialmente opostas. Se, de um lado, ocorre a crise do trabalho, do outro, a incapacidade de incorporar ao mercado regulado uma parte expressiva da população, que vive na “informalidade” ou sob vínculos precários. Refletem, portanto, a crescente produção e reprodução de desigualdade e risco de desintegração social, no caso europeu, e a persistência de uma enorme desigualdade, no caso latino-americano, com uma quantidade importante de indivíduos abaixo da linha de pobreza, em um ambiente de incerteza, imprevisibilidade e insegurança. Neste contexto, fortalecem-se, nos dois continentes, os debates sobre as razões de tais processos e sobre as políticas públicas para reduzir as tendências à fragmentação e à fratura social: Rendimento Mínimo, políticas para imigrantes, micro-credito, políticas habitacionais, Transferência Condicionada de Renda, discriminação positiva, expansão da quantidade e qualidade dos serviços de saúde, incluindo combate às drogas, e expansão da oferta da educação são estratégias que, em geral, miram distintos alvos e dimensões, em distintos



tempos e lugares, sob o princípio de que mais que garantir a igualdade de oportunidade para a partida dos indivíduos, numa sociedade democrática, cabe assegurar condições aceitáveis de chegada.

Esta tensão situa-se, sobretudo, entre duas polaridades: a radicalização do processo de individualização (MARTUCCELLI, 2007) no mundo, em geral, e na América latina, em particular, e a dificuldade de articular virtuosa e dialeticamente (CEPAL, 2010) crescimento e emprego, principalmente diante de um mercado de trabalho desregulamentado, precarizado e incongruente com a deficiência de capital social, de ‘oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimentos social’ (Souza, 2010: 25) nas populações pobres e a tendência inercial de transmissão intergeracional da pobreza e miséria (CEPAL, op. cit.).

No caso do Brasil, evidencia-se quantitativa, política e midiaticamente, o Programa Bolsa Família - PBF. Esta acção tem sido alvo de inúmeras e quase sempre positivas avaliações, ainda que com contraditórias exceções. Se, para seus formuladores, as chamadas *condicionalidades* (condições para a permanência no programa), e sua *focalização* (condições para a entrada) são elementos estratégicos do programa para a quebra da inércia representada pelo círculo perverso da pobreza, para alguns, a própria existência impositiva delas tem um carácter intrinsecamente negativo (ZIMMERMANN, 2008). Outros autores preferem apontar para a possibilidade de o PBF pode provocar a estigmatização dos usuários (SUPLICY, 2008). Há ainda aqueles, como o economista Marcelo Nery (NERY, 2010), que sugerem a possibilidade de o benefício da renda conduzir perversamente o utente à acomodação<sup>1</sup>, risco menor, entretanto, ele próprio admite, derivado do seu valor bem abaixo das necessidades mínimas, inclusive alimentares. Implicitamente, está presente a temática da autonomia

---

1 Em geral, esta visão é minoritária, mesmo porque, como bem explica documento da CEPAL, “No es el espíritu de esta propuesta proponer subsidios que motiven a las personas a separarse del mercado laboral. Por el contrario, los ingresos básicos garantizados son un mecanismo que favorece la inserción presente y futura de la población en ese mercado. Entender adecuadamente las condiciones en que las personas se orientan al trabajo redundan en un correcto uso de los incentivos y los pisos mínimos a partir de los que esa acción y predisposición es sostenible en el tiempo.” (CEPAL, 2010: 209). MARTUCCELLI e BORJ (2008) advertem que tão importante “o que se entrega” é “o como se entrega” para se evitar efeitos perversos ou contrários ao que se supostamente busca.



versus dependência (que não são necessariamente excludentes), ou mais especificamente, das formas de apropriação, de recepção / reação dos utentes aos recursos postos à sua disposição pelo PBF. A estas possibilidades enunciadas estão implícitas noções e valores contraditórios e potencialmente polêmicos, como as idéias de ativação, responsabilização, capital humano etc.

Há distintas possibilidades e níveis analíticos (e seus correspondentes suportes teórico-metodológicos), articuláveis, por onde se podem apreender as acções públicas de combate à pobreza, desde o contexto sócio-histórico de sua formulação e surgimento, até os seus “efeitos” últimos, segundo a recepção do utente, passando pelas difrações que podem sofrer conforme o desenho organizacional que as opera até as condutas do profissional que, no terreno, as conduz e atua interagindo “dentro” – com seus pares e superiores e subordinados hierárquicos - e “fora” – com o utente, sobretudo - do aparato organizacional. A esta admissão corresponde, nesta investigação em curso uma opção pelo aprofundamento apenas em uma delas, o da recepção pelo utente, o da apropriação, para compreender “...em que medida esses acontecimentos deixam à iniciativa individual algum espaço de jogo, onde se poderão decidir os contornos, a dinâmica ou os modos de expressão das situações” (BALSA, 2006 :13).

## **O PROGRAMA BOLSA FAMILIA**

O chamado Programa Bolsa Família – PBF está presente praticamente na totalidade dos 5.564 municípios do país, atingindo diretamente cerca de treze milhões de famílias utentes (MDS, 2010), é um dos principais exemplos da gradual institucionalização da assistência social no Brasil como proteção social não contributiva, integrante do processo de democratização da sociedade brasileira.<sup>2</sup> Esse processo pretende explicitamente incorporar fortemente em seu conteúdo aspectos substantivos na perspectiva da redução da persistente pobreza da eliminação da miséria no País. Esta

---

<sup>2</sup> O PBF constitui um elemento central da política social de “terceira geração” (Ver Luciene & Balsa, 2008). Recentemente, o governo brasileiro instituiu um grupo para formular uma proposta de consolidação dos programas sociais brasileiros. Um pouco antes, fez um ajuste operacional de forma a evitar que um relativamente grande número de utentes que não cumpriram as “condicionalidades” não perdessem a renda, o que ocorreria pelas regras então vigentes.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

construção é uma relativamente longa trajetória rumo à institucionalização de políticas de assistência social, e resultou da relação de força e consenso político cristalizados normativamente na Constituição Federal de 1988, passando, em 1993, no governo Itamar Franco, pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS –, pela criação – “focalizada” – da transferência de renda condicionada (“Bolsa Escola”; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Benefício de Prestação Continuada – BPC; Agente Jovem, dentre outros), nos governos de Fernando Henrique Cardoso, até a concepção, em 2004, no governo Lula, pela Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS –, no Governo Lula. Importa ressaltar a tentativa (com baixíssima visibilidade e institucionalidade frouxa) da sua articulação com uma estruturação organizacional sistêmica segundo critérios sócio-territoriais, de “risco” e “vulnerabilidade” traduzidos enquanto “proteções”, com a idéia de co-financiamento, repasses de recursos financeiros da União para estados e municípios de forma regular e continuada (SPOZATI, op cit: 83), configurado como sistema, denominado como Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O direito ao PBF decorre apenas do corte de renda, mas se é não-contributivo, é condicionado (CEPAL, 2010). A permanência do utente no programa depende do cumprimento de obrigações que são, basicamente, a garantia da matrícula e frequência escolar mínima dos filhos menores de 18 anos e a participação sistemática em programas de prevenção na área de saúde.

## **A MODERNIZAÇÃO PERIFÉRICA**

O caráter conservador, controlado, “pelo alto” (Luiz Werneck Vianna, 1993), “regulado” (Wanderely G. dos Santos, 1987), “anômalo” (José de Souza Martins, 2008), socialmente precário (Jessé de Souza, 2006) da modernização brasileira é um elemento importante e constante nas análises clássicas da sua história política e social, se referindo, basicamente, à sobrevivência e, mesmo, funcionalidade de formas arcaicas e profundamente iníquas de relações sociais, mantendo, aprofundando, naturalizando e legitimando (SOUZA, 2009) a desigualdade. Caracteriza-se por promover mudanças



substantivas nos processos de produção e no mercado de trabalho, modernizar a agricultura e promover um grande crescimento econômico, mantendo, entretanto, os privilégios de classe e grupos e, mesmo, atualizando formas arcaicas, como a escravidão. Ao Estado, sempre, nestes processos, cabe um papel fundamental, seja regulando, cooptando, legitimando ou abertamente reprimindo física e culturalmente as potenciais expressões políticas de dissenso, contraparádigmáticas, ou representações de interesses autônomas. A “coesão social”, assim, obtêm-se pela obediência, violência – física e simbólica - privada ou estatal, subserviência política e moral aos “pais dos pobres”<sup>3</sup>, sentimento de fracasso pessoal auto-atribuído, ou por concessões seletivas e controladas. Entretanto, desde aproximadamente o final dos anos noventa, mas de forma mais aguda, recentemente, exibe indicadores sociais positivos (IPEA, 2010) que mostram crescimentos da renda do trabalho, da escolaridade, redução da desigualdade, da desocupação que sugerem uma novidade social qualitativa na sua inserção no processo de modernização, distintamente de seu caráter historicamente conservador. O que o PBF tem a ver com isso tudo? O que há de novo para além da formação de um mercado de trabalho mais dinâmico, especialmente descentralizado e, talvez, menos exigente e menos precarizante, capaz de, conforme afirmam os economistas, fazer surgir uma nova classe média, ou nova classe trabalhadora “elite da ralé” - “batalhadores” (SOUZA, 2010)? Como as tensões da modernidade (GIDDENS,1994; DUBET, 2006; MARTUCELLI, 2006; BAJOIT, 2010) entre hierarquia e igualdade, autonomia e dependência, liberdade e mérito, aspirações e possibilidades operam na sua vertente periférica, num contexto de expansão do capitalismo brasileiro, quando se vislumbra a integração do subproletariado? Para os usuários do Programa Bolsa Família, que, quase sempre, estão nas franjas ou exilados do mercado formal de trabalho, ele significa um suporte, uma ajuda para a “autonomia” – pelo mercado de trabalho, ou mesmo como atividade no sentido do quaternário, pelo consumo – ou pelo aprofundamento da subordinação / humilhação? Como estas eventuais tensões se expressam, configuram-se estandardizadas social e culturalmente? Quais dinâmicas sociais e culturais são

---

<sup>3</sup> O ditador Getúlio Vargas é o principal representante nacional desta relação paternal-autoritária, em que os líderes aparecem como outorgantes, por sua bondade, de benefícios aos mais pobres.



desencadeadas no processo de apropriação do PBF, para além dos aspectos econômicos e de indicadores objetivos (renda e consumo, por exemplo)?

## INDIVIDUAÇÃO E APROPRIAÇÃO

Neste ponto se propõe como recurso analítico para operar ao nível do ator, a idéia de apropriação que vincula-se fortemente à de individuação, à mobilização de respostas adaptativas, ajustes, aos desafios e expectativas, em meio ao incerto e ao risco que as circunstâncias, as provas, impõem aos indivíduos na sua trajetória<sup>4</sup>. Nela, eles se apossam de recursos, ajudas, utilizam amortecedores, estabelecem estratégias e atribuem sentidos às ações, constituindo realidades inéditas, figurações sociais que, por seu lado, passam também a dinamicamente constrangê-los.

A modernidade brasileira produziu figurações sociais resultantes de respostas adaptativas normativas ou contranormativas dos atores vulneráveis e desprotegidos, por fora ou por dentro do sistema político, inserindo-se no consumo “na marra”, por meios ilícitos ou não, violentos ou não, subproletarizados (SINGER, 2009). Ao contrário dos modernos desfilados europeus, os periféricos, aqui, a “ralé” (SOUZA, 2009), o são há séculos.

A modernização vivida atualmente pela América Latina, em geral, e pelo Brasil, em particular, ocorre sob um processo de radicalização da individualização (BORJ & MARTUCCELLI, 2008), onde impõem ameaçadoramente a responsabilização e o controle de si, com profundas repercussões na necessidade de reconhecimento (HONNETH, 2003), autenticidade (TAYLOR, 2009) e reflexividade (GIDDENS, 1994). Na debilitação das instituições socializadoras, a experiência e as escolhas do ator condensam tempo e espaço, diacronia e sincronia, estrutura e ação, ator e sistema, classe e indivíduo, em *momentos*, *incidentes* e *eventos* (MRTUCCELLI, 2008). As biografias, assim, apresentam-se como interseções dinâmicas determinadas e determinantes, onde papéis pré-estruturados são refeitos ou abandonados, por insuficientes ou inadequados.

---

<sup>4</sup>Martuccelli, 2006



A apropriação, neste contexto, nesta pesquisa, é, assim, a forma concreta e singular como cada indivíduo se relaciona com os “amortecedores” que pode mobilizar, pois

cada um de nós não só “tem”, como *vive* uma biografia organizada reflexivamente em termos de fluxos de informação social e psicológica acerca de possíveis modos de vida. A modernização é uma ordem pós-tradicional, na qual a pergunta ‘como hei de viver?’ tem de ser respondida através de decisões diárias acerca de como comporta-se, o que vestir e o que comer – e muitas outras coisas – bem como interpretadas no desenrolar temporal da auto-identidade. (GIDDENS, 1994: 19).

## PROVA

O conceito de *prova* é um operador analítico que o pesquisador, no intuito de superar a mera descrição e registro etnográfico e culturalista, pretende utilizar para apreender a complexa dinâmica acima introduzida, que, na modernidade, tende a aumentar a singularização do actor. Segundo o sociólogo franco-peruano Danilo Martuccelli (2006)<sup>5</sup>, que a introduziu e utilizou em uma pesquisa<sup>6</sup>, uma *prova* tem, enquanto tal, quatro facetas: “... el actor percibe las pruebas, tiene que enfrentarlas, en cada una de ellas es objeto de selección más o menos abierta, y el conjunto de todas ellas define un sistema estandarizado de pruebas.” ; dois níveis: um, o da percepção consciente do ator, onde o indivíduo da conta dos eventos mais ou menos duros de sua vida, “como las vive y como las puede relatar; outro, “...la manera como la sociología puede dar cuenta de los cambios estructurales bajo la forma de una prueba y ello más o menos a distancia (péro jamás em rupturama) com la conciencia del actor”. Dos “conjuntos de instituições que modelam com profundidade os atores sociais”, ele reconhece em quatro deles uma

---

<sup>5</sup> O resumo simplificado da complexa articulação de noções que constituem o operador analítico “prova” que se segue é baseado em um conjunto de palestras do autor feitas em setembro de 2006, em Lima, Peru, intitulado *Leciones de sociología del individuo*, do qual o pesquisador tem uma transcrição sem indicação de editor ou páginas. Entretanto, este texto foi adaptado e publicado pela editora Lom Ediciones, de Santiago, Chile, em 2007, sob a forma de livro com o título *Cambio de Rumbo: la sociedad a escala del individuo*, ao qual o pesquisador ainda não teve acesso. Os trechos traduzidos são de responsabilidade exclusiva do autor deste artigo.

<sup>6</sup> MARTUCCELLI, Danilo. (2006) *Forgé par l'épreuve: l'individu dan la France contemporaine*. Paris: Armand Colin.



maior significação: a escola, o trabalho, a cidade e a família. Um segundo grupo, que “concerne a provas que remetem a certas dimensões de vínculo social”, ele identificou outras quatro: a relação com a história; a relação com os coletivos; a relação com os outros; e a relação consigo mesmo. Segundo o autor, “estas ocho pruebas, de ninguna manera exhaustivas, definen o mínimo común denominador del sistema estandarizado de pruebas em acción en la sociedad francesa actual.” Os indivíduos, ainda segundo Martuccelli, na interseção, combinação, das lógicas do capitalismo e a da intervenção do Estado, ocupam, no caso da sociedade francesa, “posições estruturais”, segundo o tipo de acesso que têm ao dinheiro: os *dirigentes*; os *competitivos*; os *protegidos*; os *precários*; e os *excluídos*; e “fabricam” lugares – estados sociais – no interior das ou entre estas posições estruturais. Estes estados sociais, em geral sob o controle dos atores, possibilitam aos indivíduos uma blindagem, fabricar um “...entorno que lhes permite enfrentar en mejores condiciones las pruebas de la individuación sin que ello, empero, modifique la posición estructural que es la suya”. Estes estados sociais, por seu lado, são caracterizados segundo os “amortizadores” e os “lugares”. Os amortizadores são de quatro tipo: *infra-estrutura* (conjunto de direitos sociais e políticos); *recursos* (meios, capitais – econômico, social, cultural - que estão constantemente sob controle do indivíduo); as *ajudas* (apoio condicionado, não universal, que decorre da decisão de outro ou da demonstração da indigência, por exemplo); *suportes* (familiares, afetivos). Os lugares, por seu lado, são “áreas socioespaciais, transversais às posições estruturais, e nas quais se abrigam os indivíduos”: as “bolhas”, o “nichos”; o “dique”, o “escudo”. As provas, finalmente, no aspecto de sua temporalidade, podem ser reversíveis ou irreversíveis, constituir-se como centralidade, hegemônica; produzir mais ou menos tensão; resultar em descontrolo.

## **OBJETO DA PESQUISA E SUA PERTINÊNCIA**



Há inúmeros e excelentes trabalhos de avaliação<sup>7</sup> do PBF que abordam desde a compreensão sobre sua natureza e a do Estado e governo que o patrocinam até, especialmente, seus impactos objetivos sobre a pobreza e a extrema pobreza, a desigualdade, o comportamento eleitoral do utente, a renda, gênero, emprego, escolarização (frequência e permanência), região, *empoderamento* feminino, propensão para o trabalho, nutrição, sobre o Produto Interno Bruto - PIB etc. Este trabalho pretende ser complementar a estas abordagens, quando, como já se demonstrou, procura compreender como os utentes se *apropriam* – subjetiva e objetivamente - do programa (e aqui pensa-se na renda, nas condicionalidades, acompanhamentos e ações complementares para as quais a família utente é elegível preferencialmente), qual o seu significado nas suas vidas face às inúmeras provações às quais deverão ou esperam enfrentar ou enfrentaram, e como esse desempenho pode manifestar-se enquanto mobilidade e ou novas figurações sócio-espaciais, derivadas de condutas pragmáticas, *normativas*, *contra-normativas* ou *alternativas* (BALSA, 2002), como *exit* ou *voice* (SORJ e MARTUCCELLI, 2008: XV, referindo-se à análise de Albert Hirschman<sup>8</sup>), .

Inicialmente, pode-se dizer, grosso modo, que, mesmo entre aqueles autores, praticamente todos, que avaliam positivamente o PBF, o fazem sob pressupostos, às vezes, antagônicos, particularmente ao se debruçarem sob os “efeitos” na subjetividade e suas consequências, como estigma ou, por exemplo, “acomodação”, fortemente vinculados à idéia do programa como mediador *para dentro* ou *para fora* do mundo do trabalho, ou articulado com a idéia da responsabilização sobre si. A questão, em geral não explorada empiricamente em profundidade, situa-se na capacidade (ou não) de haver uma reunificação da produção e renda, entre trabalho e integração no capitalismo avançado que resulte em coesão social, e na capacidade de o PBF atuar ativa e positivamente sobre estas relações, com ênfase na dimensão subjetiva do ator e nos seus recursos morais e culturais em confronto com a competitividade da modernidade

---

<sup>7</sup> No portal do MDS há dezenas de artigos sobre o programa, com acesso livre para o usuário. Instituições com o IPEA, FGV e CEDEPLAR-UMFG produzem trabalhos de alta qualidade cujo escopo é o PBF.

<sup>8</sup> HIRSCHMAN, Albert O. (1970). *Exit, voice and loyalty: responses to decline in firms, organization and states*. Cambridge: Harvard University Press.



conformada pelo mercado capitalista e pelo Estado, especialmente, no caso em tela, periférica. Nesta perspectiva, os temas da reversibilidade da renda (se obtida e mantida sob condicionalidades<sup>9</sup> ou irrestritamente acessada), seu montante (se suficiente para uma família sobreviver ou deliberadamente apenas complementar), sua cobertura (se universal ou focalizada), seus critérios de corte (se renda *per capita* ou outras dimensões que encerram a pobreza), seu financiamento (se obrigatória, como direito indiscutível ou segundo as disponibilidades orçamentárias<sup>10</sup>), seus objetivos (se contra a fome; formação de capital humano; separação estratégica do trabalho e produção) e “sentido” e funcionalidade sistêmica (reativação da economia pelo fortalecimento do mercado interno; coesão social; solidariedade), em geral, atravessam as polêmicas. Obviamente, estes aspectos não são necessariamente excludentes ou antagônicos, admitem inúmeras (mas não todas<sup>11</sup>) combinações segundo os efeitos em curto, médio e longo prazos. Há ainda no horizonte a possibilidade perversa de, para além dos objetivos manifestos, haver um conteúdo latente a atuar para a reprodução e manutenção da iniquidade.

Há aqueles, como Ulrich Beck, com sua idéia de *trabalho cívico* (2007:176), e Jean-Marc Ferry (1997) e o *setor quaternário*, que entendem como fortemente provável a separação e caráter tendencialmente estrutural da economia e da coesão social com o trabalho, o emprego e a renda; e, de outro, os que vinculam esta separação a capitais

---

<sup>9</sup> “... não se pode deixar de levantar a possibilidade de que famílias sejam punidas em razão da incapacidade de muitos municípios em manter atualizado o repasse da informação ao MDS.” “... os municípios brasileiros ainda têm apresentado muitas fragilidades na oferta de serviços de educação e saúde, comprometendo o processo de implementação das condicionalidades do PBF.”(SENNA, Mônica et all, 2007:5)

<sup>10</sup> O PBF estabelece, segundo critérios de renda *per capita* e número de crianças e adolescentes, quem é elegível e qual o montante da renda a repassar. Entretanto, o acesso real ao benefício depende da disponibilidade de recursos orçamentário. Há inúmeros municípios onde há uma discrepância entre os inscritos que reclamam a renda e a ‘meta’ definida estatisticamente pelo programa. Há ainda a possibilidade de grupos específicos (quilombolas, moradores de rua, vítimas de desastres naturais etc), segundo outros critérios, obterem a renda.

<sup>11</sup> “Claramente, los efectos en la pobreza y la desigualdad distributiva del ingreso de los programas de transferencias condicionadas dependen de su grado de focalización, de su cobertura y del monto de las transferencias monetarias. Frente a recursos limitados, las opciones no son simples en la medida que hay que elegir entre el aumento de la cobertura de la población beneficiaria o del monto de las transferencias” (CEPAL, 2010: 196)



humanos conjuntamente insuficientes ou inadequados, transmitidos intergeracionalmente, que podem, a partir de um esforço “de fora”, pelo Estado, ser adquiridos ou garantidos especialmente para a os mais jovens, para a próxima geração (Marcelo Nery, 2010; CEPAL, 2010).

Uma possível e eventual subcultura da pobreza (LEWIS<sup>12</sup>), ou uma funcionalidade de um *habitus precário pré-reflexivo incorporado* (SOUZA, 2006) talvez já não se mantém, ou o faz com menor intensidade, em uma sociedade moral e formalmente profundamente *igual*, sendo estruturalmente insustentável qualquer hierarquização naturalizada, onde se acredita, cada vez mais, que todos têm os mesmo direitos às mesmas oportunidades. Ou, mais provável e perversamente, as diferenças e desigualdades sejam atribuídas menos ao direito e mais às capacidades, conformando uma insidiosa (MARTUCCELLI, 2006) forma de dominação articulada à idéia de responsabilização agudizada sob uma ideologia meritocrática que negligencia as condições de reprodução simbólica e material da miséria. De qualquer forma, a massificação do consumo e a padronização de modelos estéticos (DUBET, 2003: 41) como elementos de uma individuação irresistível colocam novas questões teóricas, metodológicas e, também, políticas.

Há, pode haver, já, mesmo, na adoção de uma bolsa, ou na forma de fazê-lo e apresentá-lo (como direito ou ajuda, por exemplo), um reconhecimento ou atribuição tácita da incapacidade, como causa da condição, de o indivíduo pobre superar autonomamente sua posição, e os constrangimentos que a mantém, as condições e rotulagem, serem vividos como humilhação<sup>13</sup> e ou clientelismo<sup>14</sup>. Há, por outro lado, ainda, um

---

12 LEWIS, Oscar (1969). *The Children of Sanchez The Autobiography of a Mexican Family*. New York: Modern Library

<sup>13</sup> “... as desigualdades de estatuto são determinadas pelas formas desiguais de troca e que a igualdade pressupõe a reciprocidade. Tudo se passa como se, no espírito dos revolucionários, assomo como nos dos nossos contemporâneos, a assistência não fosse verdadeiramente concebida como o pagamento da dívida da sociedade, mas como um dom. Os homens esgotam-se então na exigência de uma contrapartida e esmagam o beneficiário com todo o poder do seu dom. Esta atitude á ainda menos suportável do que a caridade ou a beneficência que , no passado, introduzia um motivo religioso, um terceiro ausente que mediatiza a força da destruição presente no dom. Numa sociedade laicizada, o dom revela-se ainda mais perigoso. “ eles pensam insuflar o civismo mas de facto arruinam-no, visto que o beneficiário só tem a



reconhecimento de que o “sistema” naturalmente não produz a inclusão, que deve ser produzido pelo Estado, desde “fora”. O excluído é integrado pelo consumo que se descola do trabalho, da “atividade”, do “trabalho cívico”, do trabalho mecânico (Ferry, 1997). Há aqui de quebrar a inevitabilidade de rotulação, ou seja, do efeito perverso<sup>15</sup> no plano da subjetivação e identidade, por estigmatizante que a própria concessão da bolsa implica, *simmelianamente*: pobre é aquele que é assistido, que pode ser visto como humilhado, subornado no interior de sistemas de favores e reciprocidades, cooptado, como elemento de uma nova regulação, agora pos-fordista, mediada pelo consumo, incorporando pelo dinheiro ao “sistema”. O excluído, assim, se transforma no outro, no habitante de Sirius na consciência burguesa (Simmel, 2004: 134), para além da distancia e da proximidade.

O autor pretende “partir” de uma base empírica territorialmente bem delimitada, o município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais. Desde esta base, pretende-se seguir algumas “pistas” que, articuladas ao conceito de *prova* e às idéias correlacionadas de *amortecedores*, *estados* e *posições sociais*, devem orientar a investigação:

- O PBF como ajuda, como elemento de construção de previsibilidade, de sensação relativa de estabilidade, de instauração de alguma rotina em meio à miséria e riscos, e, portanto, de confiança, estruturando as posições dos atores, ainda que virtualmente hierarquizante e fundadora de, paradoxalmente, “desautonomia”, diante da mediação da política.

---

escolha entre duas atitudes: seja a humilhação do dom sem contrapartida (...); seja a manha dos ‘maus pobres’, dos ‘malandros’...” (MADEC; MURARD, 1995:100)

<sup>14</sup> A cidadania é a qualidade dos homens que pensam ser governados por si próprios, que dependem deles mesmos. É por isso, ao inverso, que a cidadania perde o seu sentido e a democracia a sua força, se a sociedade é reduzida ao social, se, por exemplo, alguns são tão dependentes de outros que estão prontos a alienar-lhes o voto, ou, se não votam, a alienar-se as decisões. Isto chama-se clientelismo e desenvolve-se de modo clandestino, ao mesmo tempo que a economia paralela ou subterrânea. ... O clientelismo é, por excelência, a redução do político ao social. “ (MADEC; MURARD, 1995:95)

<sup>15</sup> “... ao mesmo tempo que incentiva os sujeitos precários a autonomizarem-se, o Estado infantiliza-os, controlando-os, provocando um efeito contrário ao pretendido.” (Bajoit, 2006 :65)



- À obsolescência da exclusividade e centralidade do corte analítico de classe corresponde uma fragmentação da classe operária, de suas expressões políticas e culturais, e de sua capacidade em referenciar preponderantemente processos de identidades. A este estilhaçamento do mundo na representação social e no cotidiano, radicalizado na modernidade periférica, outras esferas da vida, especialmente o consumo, passam a estruturar processos de socializações, subjetivação e individuação. Esta fragmentação pode ser recomposta/ superada analiticamente pela noção de prova, que articula as distintas trajetórias.
- A internalização de significados e percepções dos utentes e de processos identitários com base em relações hierárquicas e assimétricas não salariais, a identidade de um *sub-proletariado* periférico está calcada na precariedade e instabilidade. Ao invés de múltiplas identidades, identidade com base na multiplicidade e plasticidade, no contrapé da *vocação* (Weber) e *disciplina* (Durkheim).
- Como o utente (re) age sobre as condicionalidades e “portas de saídas” do PBF. Como isso opera na dinâmica da reprodução da pobreza segundo a auto-estima, subjetivação, “provas” e percepções?
- É possível, assim, conjecturar sobre distintas mobilidades relacionadas a diferenças eventuais nas formas de apropriação segundo distintos atores sociais (*tipos* diferenciados no interior de um *subproletariado*) no interior das multideterminações que marcam o processo de individuação?

## 7.REFERÊNCIAS

BAJOIT, Guy. (2006). “O papel da Confiança na Formação da Identidade e do Vínculo Social”. In: BALSÁ, Casimiro (Org.) *Confiança e Laço Social*. Lisboa: Edições Colibri/CEOS.

BAJOIT, Guy. (2010). *Conditionnement socioculturel et liberté*. Mimeo



BALSA, Casimiro. (2002). “Les Ressources d’une population en situation de grande précarité”, in CHÂTEL, Vivianne & SOULET, Marc-Henry (Eds.), *Faire face et s’en sortir, Développement de compétences et action collective*, vol. 2, col. Res Socialis, Editions Universitaires de Fribourg, Suisse, pp.289-300.

BALSA, Casimiro. (2006). “Relações de Confiança e Modalidades de Laço Social”. In: BALSA, Casimiro (Org.) *Confiança e Laço Social*. Lisboa: Edições Colibri / CEOS.

BALSA, Casimiro. “Historicité, durée et temporalités des politiques et de l’intervention sociales”. In: CHÂTEL, Vivianne (éd). *Les temps des politiques sociales*. Pp. 185-198.

BAUDRILLARD, Jean. (2007). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.

BECK, Ulrich. (2007). *Um nuevo mundo feliz: la precariedad del trabajo em la era de la globalización*. Barcelona: Paidós

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. (1999). *Le nouvel esprit Du capitalisme*. Paris: Gallimard.

BRASIL. (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF.

CASTEL, Robert (2006). “Classes Sociais, Desigualdades Sociais, Exclusão Social”. In: BALSA, C; BONETI, L. W.; SOULET, M. (Org.) *Conceitos e Dimensões da Pobreza e Exclusão social. Uma abordagem transnacional*. Lisboa /Ijuí: Editora Unijui/CEOS

CASTEL, Robert (2008). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.

CEPAL. (2010). *La hora de la igualdad, brechas por cerrar, caminos por abrir*.

DUBAR, Claude. (2006). *A crise das identidades : a interpretação de uma mutação*. Porto : Edições Afrontamento.

DUBET, François. (2003). *As desigualdades multiplicadas*. Ijuí: Ed, Unijui.

DUBET, Françoise. (2006). “Integração: quando a sociedade nos abandona”. In: BALSA, C; BONETI, L. W.; SOULET, M. (Org.) *Conceitos e Dimensões da Pobreza e Exclusão social. Uma abordagem transnacional*. Lisboa /Ijuí: Editora Unijui/CEOS.

DURKHEIM, Émile. (2008) *A Educação Moral*. Petrópolis RJ: Editora Vozes.



FERRY, Jean-Marc. (1997) Pour une autre valorisation du travail. Défense et illustration du secteur quaternaire . Entretien avec Jean-Marc Ferry par Olivier Mongin dans la. In: revue *Esprit*, juillet 1997, n° 234, p. 5-17

GIDDENS, Anthony. (1994) Modernidade e identidade pessoal. Oeiras: Editora Celta.

HIRSCHMAN, Albert O. (1970). Exit, voice and loyalty: responses to decline in firms, organization and states. Cambridge: Harvard University Press.

HONNETH, Axel. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.

IPEA. (2010) COMUNICADO À IMPRENSA N.º 31. PNAD2008: Primeiras análises: demografia, trabalho, previdência.

IVO, Anete B. L. (2008). “Georg Simmel e a ‘sociologia da pobreza’” . In: *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 171-180, Jan./Abr.

LAPA, Tiago. (2006). *Quadros e trabalhadores no capitalismo flexível: uma abordagem cultural e sócio-cognitiva*. CIES e-WORKING PAPER N° 15/2006.

MADEC, Annick; MURARD, Numa. (1995). *Cidadania e Políticas Sociais*. Lisboa: Instituto Piaget.

MARTUCCELLI, Danilo (2006), *Forgé par l'épreuve. L'individu dans la France contemporaine*, Paris, Armand Colin (Individu et société).

MARTUCCELLI, Danilo . (2006). *Leciones de sociologia del individuo*. Lima: mimeo

MARTUCCELLI, Danilo. (2007). *Cambio de Rumbo: la sociedad a escala del individuo*. Santiago: editora Lom Ediciones.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1987) *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2. ed. Rio: Campus.

SCHNAPPER, Dominique. (1998). *Contra o fim do trabalho*. Lisboa: Terramar.

\_\_\_\_\_. (2000). *A compreensão sociológica*. Lisboa: Gradiva.

SCHWARTZMAN, Simon. « Bolsa Família : mitos e realidades ». In : *Interesse Nacional*, ano 2. N.º 7, Dezembro de 2009, Pp. 20-28.

SENNA, Mônica et al. (2007). « Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? » In : Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 86-94 jan./jun.

SIMMEL, G. (2004). *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Lisboa: Relógio D'Água Editores



SINGER, André. (2009). “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”. In. Revista Novos Estudos Cebrap, n°. 06, novembro de 2009, pp 82 a103.

SORJ, Bernardo; MARTUCCELLI, Danilo. 2008. *El desafío latinoamericano: cohesión social y democracia*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana.

SOULET, Marc-Henry (2006). “Confiança e capacidade de acção. Agir em contexto de in-quietude”. In: BALSAS, Casimiro (Org.) *Confiança e Laço Social*. Edições Colibri/CEOS: Lisboa.

SOULET, Marc-Henry (2006a).”Para Além da Exclusão: A integralidade como Nova Expressão da Questão Social”. In: BALSAS, C; BONETTI, L. W.;SOULET, M. (Org.) *Conceitos e Dimensões da Pobreza e Exclusão social. Uma abordagem transnacional*. Lisboa /Ijuí: Editora Unijui/CEOS

SOUZA, Jesse. (2006). “A gramática social da desigualdade brasileira”. In. SOUZA, Jessé (Org.). 2006. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

\_\_\_\_\_. (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

\_\_\_\_\_. (2010). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média o nova classe trabalhadora?*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SPOSATI, Aldaíza. “Modelo Brasileiro de Proteção Social não contributiva: concepções fundantes”. In ENAP: Curso de Formação de Multiplicadores. Volume I. Brasília, 2007, PP 2-31.

SUPLICY, Eduardo. (2008). *Renda de Cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez Editora

TAYLOR, Charles. (1993). “La política del reconocimiento”. In: TAYLOR, C. *El multiculturalismo y la política del reconocimiento*. Tradução de Mónica Utrilla de Neira. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p.42-107.

WEBER, Max. (2001). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Centauro.

WERNECK VIANNA, L. (1993). "O problema do americanismo em Tocqueville". In: Revista Lua Nova, n. 30

ZIMMERMMANN, Clóvis Roberto. (2008) “Desafios à implantação do direito à alimentação no Brasil”. In: Democracia Viva, n. 39. Junho de 2008.

ZIMMERMMANN, Clóvis Roberto. (2006). “Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do Governo Lula no Brasil.” Revista Internacional de Direitos Humanos. Número 4. Ano 3. 2006, p. 145-156